



### Alterações climáticas

## Conferência de Cancún consegue acordo modesto

● Um acordo modesto, mas redentor. Esta é a principal face das reacções ao resultado da conferência climática da ONU em Cancún, reacendendo a chama das negociações rumo a um novo tratado contra o aquecimento global. → Mundo, 18/19



## ONU Fundo ajudará países em desenvolvimento a adquirir tecnologias limpas

# Negociações climáticas dão passo em frente em Cancún

### Conferência da ONU aprova decisões, afasta fracasso de Copenhaga e aproxima posições rumo a um novo tratado pós-Quito

Ricardo Garcia

● Um acordo modesto mas redentor. Este é o denominador comum das reacções ao resultado da conferência climática da ONU que terminou ontem, em Cancún, reacendendo a chama das negociações rumo a um novo tratado contra o aquecimento global.

Não há números concretos e vinculativos sobre os esforços que os países, ricos ou pobres, deverão fazer para reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa (ver texto). Mas reconhece-se que o objectivo é manter a subida da temperatura média global abaixo de dois graus Celsius. Cria-se um fundo para financiar os países em desenvolvimento e um mecanismo para lhes facilitar o acesso a tecnologias limpas. E fixam-se algumas balizas para o debate de questões centrais - como a redução de emissões e o futuro do Protocolo de Quioto - que agora se seguem.

Chegar a acordo não foi fácil. Uma profunda divisão sobre o prolongamento de Quioto - cujo primeira fase termina em 2012 - ameaçou comprometer todas as demais decisões. Japão, Canadá e Rússia opunham-se à ideia, da qual não abriam mão os países em desenvolvimento. A solução foi manter a discussão em curso, garantindo que haverá um segundo período para Quioto, a partir de 2013.

Parte dos documentos aprovados em Cancún reflecte o que já estava no Acordo de Copenhaga - um pacto sem carácter vinculativo, proposto pelos Estados Unidos, China e outros países na última cimeira climática da ONU, há um ano. Embora subscrito por 140 países, aquele acordo é apenas voluntário, tendo sido adoptado à margem do processo negocial das Nações Unidas, que dele apenas "tomaram nota". Copenhaga foi, por isso, tida como um fracasso.

Uma das principais vitórias atribuídas a Cancún é a de ter restituído à ONU o seu papel como fórum das

negociações. "Muitas pessoas estão a dizer que o fantasma de Copenhaga foi aqui exorcizado", disse Alden Meyers, da Union of Concerned Scientists, uma organização não-governamental norte-americana, citado pela agência Reuters.

"Provámos que o multilateralismo cria resultados", afirmou, por sua vez, a comissária europeia da Acção Climática, Connie Hedegaard. "O mais importante é que o processo multilateral recebeu uma injeção", disse o ministro indiano do Ambiente, Jairam Ramesh. "Irá lutar por mais um dia. Mas ainda pode falhar", alertou.

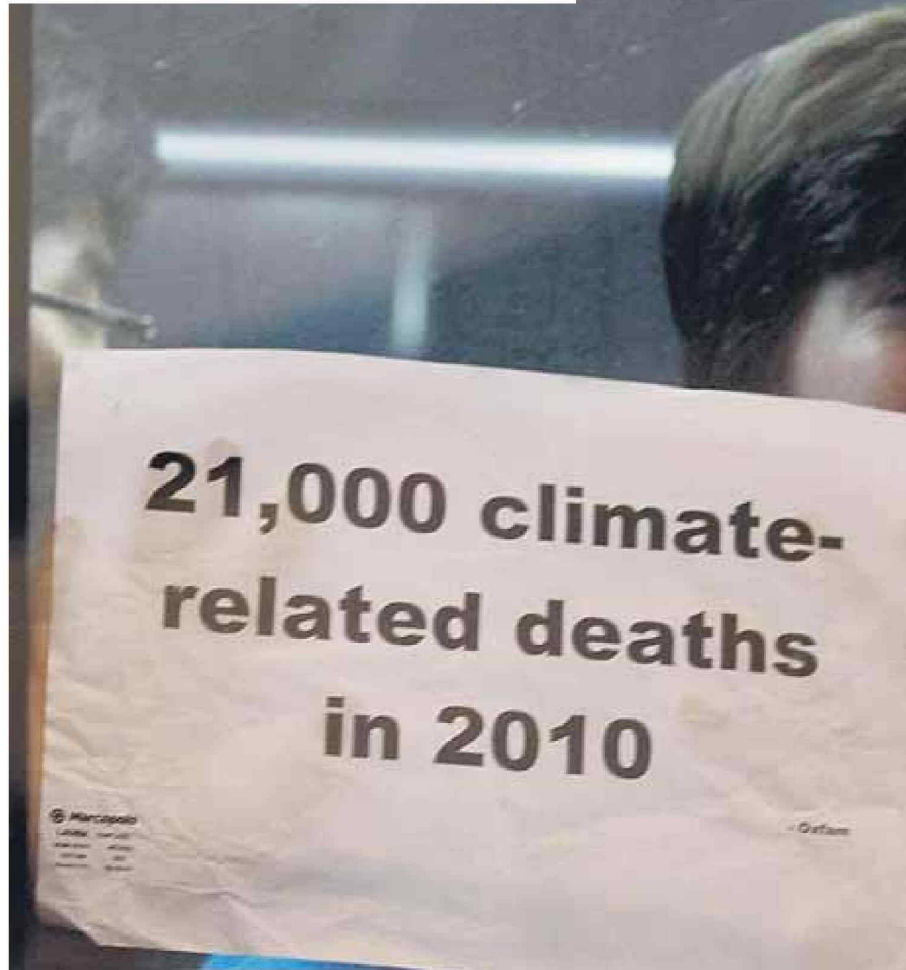
Depois de duas semanas de debates, as negociações em Cancún estiveram dependentes de um único país - a Bolívia - para encerrar com sucesso. No plenário final, na madrugada de sábado, representantes bolivianos recusaram-se, em discursos acalorados, a dar o seu acordo às propostas de decisão, argumentando sobretudo que não comprometiam os países ricos com esforços suficientes. Mas, perante um país contra e 193 a favor, a presidente da conferência - a ministra mexicana dos Negócios Estrangeiros, Patricia Espinosa - bateu o martelo em sinal de aprovação dos documentos.

#### Clima "diferente"

Cancún aliviou tensões entre países em desenvolvimento e industrializados - e, em especial, entre os EUA e a China -, num clima que a ministra portuguesa do Ambiente, Dulce Pássaro, classificou como "completamente diferente" do de Copenhaga (ver texto nestas páginas).

O facto de os acordos contemplarem reivindicações centrais dos países pobres - como apoios financeiros e tecnológicos - terá contribuído para a distensão. "É a primeira vez que os países concordam com um conjunto tão vasto de instrumentos e ferramentas para ajudar os países em desenvolvimento a enfrentarem os desafios da mitigação [controlo de emissões]

Manifestação em Cancún terminou com a detenção de activistas



### As principais decisões da Conferência da ONU

#### Protocolo de Quioto

Os países de Quioto - que não integram os EUA - comprometem-se a concluir o trabalho sobre o seu prolongamento "o mais rápido possível e de modo a garantir que não haja um hiato entre o primeiro e o segundo período de cumprimento". O primeiro período termina em 2012. Pedem-se mais esforços aos países desenvolvidos, mencionando a necessidade de 25 a 40 por cento de redução até 2020, em relação a 1990, para manter o aquecimento global a um nível aceitável. A negociação de novas metas concretas ficou para mais tarde.

#### Acção de longo prazo

Reconhece-se a necessidade de manter o aumento da temperatura

global abaixo dos dois graus Celsius, com possível revisão para 1,5 graus. Determina-se que se estabeleça uma meta global de redução de emissões até 2050. Os países desenvolvidos devem liderar nos esforços, dado serem historicamente responsáveis por mais emissões. Os países em desenvolvimento devem adoptar "acções nacionais" para controlar as suas emissões até 2020, com verificação externa no caso de iniciativas apoiadas internacionalmente. Essas determinações já constavam genericamente do Acordo de Copenhaga. As promessas de redução ou controlo de emissões já feitas a título voluntário - que o acordo de Cancún considera insuficientes - serão vertidas num documento acessório ainda a elaborar.

#### Financiamento

Os países industrializados comprometem-se com apoios no valor de 100 mil milhões de dólares anuais (76 mil milhões de euros) aos países em desenvolvimento, a partir de 2020. O dinheiro constituirá o "Fundo Verde Climático", gerido por uma direcção de 24 membros (12 de países ricos e 12 de países pobres) e sob administração provisória do Banco Mundial. Os detalhes serão delineados por uma comissão de 40 membros, com maior representação dos países em desenvolvimento - 25 contra 15. O acordo solicita transparência, através de relatórios, na atribuição dos 30 mil milhões de dólares (23 mil milhões de euros) de ajuda imediata prometida em Copenhaga para 2010-2012.



JORGE SILVA/REUTERS



## Ministra do Ambiente diz que conferência foi "além das expectativas"

O resultado da conferência climática de Cancún "foi além das expectativas", disse ao PÚBLICO a ministra do Ambiente, Dulce Pássaro. "Foi importante, para restabelecer a confiança nas negociações internacionais, que tinham ficado comprometidas em Copenhaga", afirmou numa entrevista telefónica a partir de Cancún, logo depois de aprovadas as decisões.

Para Dulce Pássaro, um dos aspectos importantes do acordo é o de atender a reivindicações centrais dos países pobres, sobretudo na área da adaptação. "Colocou-se a adaptação ao mesmo patamar da mitigação [redução de emissões]", considera a ministra.

Além disso, as decisões de hoje "tiveram a vantagem de permitir ancorar os compromissos do ano passado" num documento formal das Nações Unidas.

Em contraste com a tensão que se verificou na cimeira de Copenhaga, há um ano, o ambiente em Cancún revelou um clima "completamente diferente" nas negociações. "Houve um

ambiente de transparência, de inclusão. Foi muito positivo", afirmou Dulce Pássaro. Os países assumiram uma posição "muitíssimo mais construtiva".

Dulce Pássaro salientou o papel da presidente da conferência de Cancún - a ministra dos Negócios Estrangeiros mexicana, Patricia Espinosa: "Esteve receptiva a ouvir a todos. Foi um sucesso".

Já para a associação ambientalista Quercus, "os resultados de Cancún são mistos". Do lado positivo, diz a Quercus num comunicado, ficam, por exemplo, a criação do Fundo Climático Verde e o reconhecimento de que as promessas até agora feitas pelos países para reduzir emissões "não são suficientemente ambiciosas".

Do lado negativo, entre outros aspectos, "a conferência não avançou na questão crucial da definição do futuro quadro legal climático e não estabeleceu um calendário para tal ser decidido".

Durante a conferência,

Portugal manteve conversações bilaterais com vários países lusófonos e assinou memorandos de cooperação com Timor-Leste e com o Peru.

A nível doméstico, a ministra Dulce Pássaro disse que o Governo vai elaborar um novo Programa Nacional para as Alterações Climáticas e um "roteiro de baixo carbono", para o desenvolvimento do país com menos emissões de CO2 nas próximas décadas.

Segundo a ministra, é necessário estudar cenários para a possibilidade de a União Europeia (UE) adoptar uma meta de redução de emissões de 30 por cento até 2020, ao invés dos 20 por cento já acordados. "Temos de ter uma noção de que medidas teremos de tomar", afirmou.

O ministro britânico da Energia e Alterações Climáticas, Chris Huhne, disse ontem que o acordo de Cancún pode abrir caminho a que a UE avance para a meta dos 30 por cento. **Ricardo Garcia**



## México eficaz, Bolívia resistente

### "Uma deusa esteve entre nós"

**Ricardo Garcia**

● Quando bateu o martelo em sinal de aprovação dos acordos de Cancún, a despeito da resistente oposição da Bolívia, a ministra dos Negócios Estrangeiros do México, Patricia Espinosa, não firmou apenas o sucesso da conferência da ONU. Selou também a sua própria projecção como a personagem principal do evento.

Diplomata de carreira e ex-embaixadora em vários países europeus, Espinosa, de 52 anos, presidiu à conferência em nome do México e foi reconhecida como quem a conduziu, na prática, ao seu resultado final. Dialogou com todas as partes, garantiu a transparência nas negociações e manteve um clima de cordialidade. Conseguiu reunir, em dois textos, um conjunto de princípios que poderia satisfazer os diferentes grupos de países. E quando os submeteu para a discussão final, no plenário da conferência, foi ovacionada de pé, durante largos minutos.

Um a um, os representantes dos diferentes países foram dando o seu "sim" às propostas, muitos deles terminando com um "obrigado, Patricia". O ministro indiano do Ambiente, Jairam Ramesh, chegou a dizer: "Uma deusa esteve entre nós".

O consenso em torno do trabalho de Espinosa contrasta com a atribulada condução da conferência de Copenhaga, há um ano, a cargo da Dinamarca. A cimeira de 2009 acabou por resultar num acordo fora do âmbito da ONU, negociado a portas fechadas por um grupo reduzido de países.

Em Copenhaga, um grupo de países latino-americanos associados à Aliança Bolivariana para as Américas (Alba) - em particular Bolívia, Venezuela, Cuba e Nicarágua - bloqueou até ao fim as negociações. Em Cancún, apenas a Bolívia manteve



A ministra Patricia Espinosa (à esq.) foi reconhecida como a principal responsável pelo sucesso da cimeira

a mesma posição, invocando que os interesses dos países pobres não estavam suficientemente reflectidos nos textos.

No plenário final, já de madrugada, Patricia Espinosa disse que tomaria nota das observações da representação boliviana, mas declarou aprovados os documentos. O chefe da delegação boliviana, Pedro Solón, reagiu, invocando a norma de apro-

vação por consenso das decisões da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. "É um precedente funesto. Hoje é a Bolívia, amanhã será qualquer outro país", disse Solón, afirmando que La Paz irá apelar a outras instâncias da ONU contra as decisões adoptadas em Cancún.

Patricia Espinosa ainda pediu à Bolívia para ter em consideração a vontade dos outros 193 países, mas manteve a sua decisão, argumentando: "Consenso não significa unanimidade".

Além do México e da Bolívia, outros países tiveram particular protagonismo em Cancún. A China e a Índia, as duas maiores economias emergentes, revelaram maior abertura do que em conferências climáticas anteriores. Pequim levou a Cancún uma "operação de charme", segundo disse ao PÚBLICO, na quinta-feira, a eurodeputada Maria da Graça Carvalho, que integrou a delegação do Parlamento Europeu na conferência.

Enquanto a China baixou parcialmente as resistências quanto à verificação externa das suas promessas de controlo de emissões, a Índia, por sua vez, manifestou disponibilidade para, no futuro, assumir metas vinculativas de redução.

## Outros assuntos

É criado um mecanismo para facilitar a cooperação com os países pobres na adaptação aos efeitos das alterações climáticas. Nas florestas, ficaram definidas as bases de um sistema de compensação financeira para o controlo da desflorestação. Foi dada luz verde para que os projectos, nos países em desenvolvimento, de recolha do CO2 à saída das chaminés e o seu confinamento em depósitos subterrâneos (captura e armazenamento de carbono) possam gerar créditos para compensar as emissões dos países industrializados.



e da adaptação", disse a secretária-executiva da ONU para as alterações climáticas, Christina Figueres.

Os acordos de Cancún não fixaram, porém, um prazo-limite para se chegar a um novo tratado global climático de facto - o que já esteve previsto para 2009. As negociações irão prosseguir em 2011, culminando com uma nova conferência, no final do ano, em Durban, África do Sul.

Organizações não-governamentais vêem Cancún como um passo, mas numa estrada onde ainda há muito o que fazer. "Precisamos de um tratado climático vinculativo abrangente, mas há diferenças fundamentais entre os países, sobre como e quando lá devemos chegar", opina à Reuters Elliot Diringer, do Pew Center on Global Climate Change.

O grupo ambientalista Quercus vê resultados mistos, mas alerta: "A vontade política para uma acção vigorosa ainda não é suficientemente forte para uma resposta global adequada para fazer face à ameaça climática".